

Resolução

INTENSIFICAR A LUTA NOS LOCAIS DE TRABALHO ROMPER COM A POLÍTICA DE DIREITA CONSTRUIR UMA POLÍTICA DE ESQUERDA E SOBERANA

A crescente deterioração da situação política, económica e social verificada ao longo de muitos anos e agravada com o actual Governo do PSD/CDS-PP tem sido acompanhada pela degradação acentuada das condições de vida dos trabalhadores e do povo, ao mesmo tempo que a generalidade do patronato reforça as posições autoritárias e prepotentes e onde o aumento da exploração, com o conseqüente empobrecimento da classe trabalhadora, constitui um objectivo central, inerente à natureza predadora do capital.

Depois de anos sucessivos de destruição de riqueza, as perspectivas económicas para 2015 apontam para uma situação de estagnação como consequência das medidas de exploração e empobrecimento decorrentes da aplicação do memorando da tróica que agrediu, empobreceu e humilhou o povo e o país.

A grave situação em que a política de direita nos colocou não será ultrapassada com mudanças pontuais, nem com a submissão ao pacto de Estabilidade e Crescimento, ao Tratado Orçamental e a uma dívida incomportável que, ao absorver grande parte da riqueza produzida para o pagamento de juros e outros encargos, fragiliza a democracia e aprisiona o desenvolvimento soberano do país.

No plano social, a destruição de mais de 230 mil empregos elevou acima dos 22% a taxa real do desemprego e condenou à emigração forçada mais de 350 mil trabalhadores, a maior parte dos quais jovens qualificados. É uma situação intolerável, porque representa a negação do direito constitucional ao trabalho e é o resultado de uma opção política que relega o país para um perfil produtivo assente numa actividade de baixo valor, trabalho desqualificado e mal remunerado.

A intenção expressa pelo Governo de extinguir mais de 12 mil postos de trabalho nos serviços da Administração Pública quando esta se debate com graves insuficiências de pessoal na saúde, educação, segurança social, justiça, Administração Local, segurança pública e noutras áreas da Administração directa e indirecta do Estado que prestam serviços públicos, confirma que o denominado processo de “requalificação” dos trabalhadores, como está a decorrer no Instituto da Segurança Social, não passa de um embuste para promover despedimentos sem justa causa. Esta é uma situação que se pode vir a agravar, face ao encerramento de vários estabelecimentos fabris das Forças Armadas e ao anúncio do despedimento colectivo na Base das Lajes, nos Açores, que, a concretizar-se, pode levar à destruição de 3000 empregos directos e indirectos.

A significativa diminuição do peso das remunerações do trabalho no PIB constitui mais uma prova concreta do aumento da exploração a que os trabalhadores têm sido sujeitos e reforça a posição de Portugal na cauda da Europa, em relação à distribuição da riqueza produzida e às desigualdades sociais. A forte pressão para a redução dos salários e das remunerações, nos sectores público e privado; a tentativa do aumento do horário de trabalho na Administração Pública; os cortes no pagamento do trabalho extraordinário e de outras matérias pecuniárias; o desrespeito por normas consagradas na contratação colectiva e o bloqueio patronal à negociação; a redução dos feriados e dias de férias; a facilitação dos despedimentos e diminuição do valor das indemnizações; o recurso a desempregados para ocuparem postos de trabalho permanentes, a troca de uma bolsa de 84 euros mensais, são, entre outros, exemplos de uma política de classe que coloca Portugal como um dos países mais desiguais da U.E.

Tal facto é ainda indissociável dos ferozes ataques do patronato e de vários Governos à contratação Colectiva nos sectores público e privado. As sucessivas revisões do Código do Trabalho e da legislação laboral da Administração Pública, aprovadas pelos Governos do PS e do PSD/CDS para justificar uma falsa “dinamização da contratação colectiva”, tiveram como consequência o reforço do bloqueio patronal à negociação, uma quebra vertiginosa das convenções acordadas, a diminuição do número de portarias de extensão e a redução brutal do número de trabalhadores abrangidos pela contratação colectiva, para além de uma grosseira violação da lei e da autonomia do Poder Local, recusando-se a publicar os ACEP (acordos de contratação de emprego público) assinados, os quais consagram o horário semanal de 35 horas de trabalho.

Obcecado em “acertar contas” com os direitos, liberdades e garantias conquistados com a Revolução de Abril, o Governo, em vésperas de eleições, manifesta uma enorme “febre legislativa” para, no pouco tempo que lhe resta, continuar a favorecer o capital, nomeadamente com novos financiamentos ao patronato, a pretexto das “políticas activas de emprego”, a entrega de partes do serviço público de emprego a empresas e agências privadas de trabalho temporário e um conjunto de medidas destinadas a atacar as Funções Sociais do Estado e os serviços públicos. Esta ofensiva do Governo para reconfigurar o papel do Estado, numa lógica privatizadora, assistencialista e caritativa, tem o objectivo explícito transferir ainda mais recursos para o grande capital, perpetuando as condições que provocam o alastramento da pobreza e das desigualdades.

A pretexto de uma pretensa “contenção” e “racionalização de despesas”, o Governo tem em marcha uma das maiores ofensivas contra as populações e o poder local democrático. Com a “municipalização” da prestação de serviços nas

áreas da educação, saúde, segurança social e cultura para as Autarquias, o Governo para além de não atribuir aos Municípios os respectivos recursos, pretende desresponsabilizar-se das competências constitucionais que lhe estão atribuídas aos mais diversos níveis e facilitar a privatização destes serviços.

Acresce a situação alarmante que se está a verificar em muitas unidades de saúde, de norte a sul do país, com impactos dramáticos no aumento dos óbitos e na vida das pessoas. Este é o resultado do agravamento das condições em que estão a ser prestados os cuidados de saúde e da resposta aos problemas de saúde das populações, em que são colocadas a nu as consequências do estrangulamento financeiro do Serviço Nacional de Saúde (SNS), do encerramento de cuidados de saúde primários e de serviços hospitalares, da falta de recursos humanos e materiais, entre outras medidas que lesam gravemente o SNS, a saúde e a vida dos portugueses. A sucessão de mortes e tragédias pessoais nas últimas semanas, devido à situação caótica provocada pela ruptura dos serviços, designadamente nas urgências hospitalares, é indissociável das opções ideológicas e das políticas assassinas que o Governo tem imposto ao país.

Portugal necessita de fazer uma ruptura com a política de direita. O país precisa de uma política alternativa, de Esquerda e Soberana, que afirme o primado dos interesses nacionais, liberte Portugal das amarras do Tratado Orçamental e de outros instrumentos que limitam a sua soberania; renegoceie a dívida, nos seus montantes, prazos, juros e condições de pagamento, recusando a sua parte ilegítima; assegure o aumento da produção nacional e combata os processos de privatização, retomando o controlo do Estado sobre as empresas e os sectores estratégicos para o desenvolvimento do país; valorize o trabalho, as profissões e as carreiras profissionais, no quadro do cumprimento dos direitos, do combate à precariedade e da dignificação dos trabalhadores; combata a pobreza, as desigualdades e o empobrecimento do povo e do país; promova uma justa distribuição da riqueza produzida e garanta um sistema fiscal justo; concretize a melhoria geral das condições de vida e de trabalho dos portugueses.

Portugal necessita e o povo exige a melhoria das Funções Sociais do Estado e o cumprimento constitucional do direito à Escola Pública de qualidade e inclusiva, ao Serviço Nacional de Saúde reforçado e gratuito, à Segurança Social Pública, Solidária e Universal; mais e melhores serviços públicos; a defesa e autonomia do Poder Local Democrático.

Os resultados das recentes eleições na Grécia mostram que é possível combater as pressões, chantagens e ingerências das forças ao serviço do capital e derrotar as políticas de austeridade que, lá como cá, tanto mal fazem aos trabalhadores e aos povos. A CGTP-IN expressa a sua solidariedade para com os trabalhadores e o povo grego, exortando-os a prosseguir a luta pela concretização das aspirações da classe trabalhadora e pela defesa da soberania do seu país.

Considerando que a intensificação da luta e a elevação da consciência social dos trabalhadores e da população em geral constituem, no quadro das próximas eleições legislativas, um elemento decisivo para derrotar a política de direita e o Governo do PSD/CDS-PP e alterar a correlação de forças na Assembleia da República, de forma a assegurar uma política de Esquerda e Soberana, comprometida com os valores e os direitos de Abril.

O Conselho Nacional, reunido em 29 de Janeiro de 2015, decide:

- **No ano em que a CGTP-IN comemora o seu 45º aniversário, intensificar a acção e luta reivindicativa nos locais de trabalho**, no quadro da Acção Sindical Integrada, pelo aumento geral dos salários; pelo emprego com direitos, contra a precariedade e o desemprego; pelas 35 horas de trabalho, contra a desregulamentação dos horários; pelo exercício efectivo da negociação colectiva, contra o bloqueamento da contratação colectiva; pela defesa dos direitos e a melhoria das condições de trabalho;
- **Exigir a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e da legislação laboral da Administração Pública**; a reposição dos dias de férias e feriados retirados; a devolução da totalidade dos salários e pensões roubados na Administração Pública, bem como o descongelamento das carreiras; a revogação dos programas chamados de “requalificação”, mobilidade, e outros, que visam o despedimento massivo de trabalhadores da Administração Pública; o aumento das pensões de reforma e a melhoria da protecção social aos trabalhadores, aos desempregados e aos pensionistas;
- **Dinamizar a preparação da discussão do 13º Congresso da CGTP-IN**, que se realizará nos dias 26 e 27 de Fevereiro de 2016, na Área Metropolitana de Lisboa, e que terá como lema: **“Organização, Unidade e Luta – a Força dos Trabalhadores! Emprego com Direitos, Soberania, Progresso Social.”**;
- **Divulgar a queixa que a CGTP-IN apresentou ao Provedor de Justiça** contra o Governo do PSD/CDS, pelo não cumprimento da lei no que respeita ao Fundo de Garantia Salarial, o que impede os trabalhadores de receberem os créditos que lhes são devidos;
- **Promover, no âmbito do Dia Internacional da Mulher, a Semana da Igualdade**, entre os dias 2 e 8 de Março, privilegiando o contacto com as trabalhadoras e com os trabalhadores nos locais de trabalho dos sectores público e privado, em todo o país;
- Assumir, com o máximo empenho, a preparação, organização e mobilização da **Marcha Nacional, com o lema “Juventude em Marcha – Trabalho com Direitos! Contra a precariedade e a exploração!”**, com acções centradas nos locais de trabalho e a culminar com uma Manifestação em Lisboa, no dia 28 de Março, Dia Nacional da Juventude;

- **Convocar uma Jornada Nacional de Luta para o dia 7 de Março**, com manifestações e concentrações nos distritos do Continente e nas Regiões Autónomas, apelando desde já aos trabalhadores e à população em geral, para que participem em força nestas acções, com expressão de rua, pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pela defesa dos direitos laborais e sociais, por mais e melhores serviços públicos, pela defesa e melhoria do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública, da Segurança Social Pública, Universal e Solidária.

**PELA RUPTURA COM A POLÍTICA DE DIREITA;
CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA E SOBERANA!**

Lisboa, 29 de Janeiro de 2015

O Conselho Nacional